

## SUMÁRIO

Prefácio .....	9
Apresentação .....	13
Agradecimentos .....	19
Principais abreviaturas e siglas .....	21
1. Introdução .....	23
2. A efetividade da execução fiscal e o princípio da capacidade contributiva .....	27
2.1. O Estado fiscal, a cidadania fiscal e o dever fundamental de pagar impostos .....	27
2.2. O princípio da capacidade contributiva como direito fundamental .....	29
2.3. A observância do princípio da capacidade contributiva pela Administração .....	31
2.4. O dever de fiscalização e aplicação isonômica das normas tributárias .....	35
2.5. A execução fiscal como fase derradeira da relação jurídica tributária: a eficiência da cobrança como garantia de uma tributação pautada na igualdade .....	37
2.6. A ineficiência do processo de execução fiscal no Brasil .....	40
2.6.1. Os números da ineficiência .....	43
2.7. Questões fundamentais para a eficiência da execução fiscal .....	44
3. Efetividade e procedimento: a questão da desjudicialização do processo de execução fiscal .....	47
3.1. O sistema brasileiro .....	47
3.1.1. A fase administrativa .....	47
3.1.2. A fase judicial .....	49
3.2. O sistema português .....	52
3.3. Efetividade e celeridade do procedimento de cobrança .....	55
3.4. Desjudicialização: aspectos constitucionais .....	59

3.4.1. Desjudicialização e separação e divisão de poderes (ou funções) .....	61
3.4.1.1. Reserva de jurisdição .....	63
3.4.1.2. A Administração como credora e exequente .....	68
3.4.2. Desjudicialização e os direitos e garantias dos contribuintes. Reserva de jurisdição e monopólio da primeira e da última palavra ....	71
4. Meios de impugnação do crédito tributário e a suspensão da cobrança .....	79
4.1. O modelo brasileiro de impugnação do crédito tributário .....	79
4.1.1. A impugnação administrativa .....	79
4.1.2. A impugnação judicial .....	82
4.2. O modelo português de impugnação do crédito tributário .....	90
4.2.1. A impugnação administrativa .....	90
4.2.2. A impugnação judicial .....	93
4.3. A impugnação do crédito tributário, a eficiência da cobrança e os direitos e garantias dos contribuintes .....	97
4.3.1. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não garantido .....	98
4.3.2. A suspensão da cobrança por recurso administrativo .....	99
4.3.3. Impugnação judicial e os direitos dos contribuintes .....	107
4.3.4. Os diversos tipos de ação permitidos no direito brasileiro e a efetividade da cobrança .....	111
4.3.5. A suspensão da cobrança por liminar ou tutela antecipada .....	113

5. O redirecionamento (reversão) da execução fiscal	
contra os gestores de sociedades .....	117
5.1. Considerações iniciais .....	117
5.2. A responsabilidade dos gestores no Brasil .....	118
5.2.1. A responsabilidade no Código	
Tributário Nacional .....	118
5.2.2. A responsabilidade na	
jurisprudência brasileira .....	122
5.2.3. O redirecionamento (reversão) da	
execução fiscal contra os gestores .....	124
5.3. A responsabilidade dos gestores em Portugal .....	127
5.3.1. A responsabilidade dos gestores no	
ordenamento jurídico português .....	127
5.3.2. A responsabilidade tributária dos gestores	
de sociedade na jurisprudência portuguesa ..	132
5.3.3. A reversão da execução fiscal .....	135
5.4. Questões fundamentais para um modelo de	
responsabilidade tributária .....	138
5.4.1. A função da responsabilização dos gestores ..	138
5.4.2. Responsabilidade tributária e os direitos	
e garantias dos contribuintes .....	141
5.4.2.1. Capacidade Contributiva .....	141
5.4.2.2. Proporcionalidade .....	144
5.4.2.3. Legalidade/segurança jurídica	
x justiça (igualdade/	
capacidade contributiva) .....	146
5.4.3. Em que casos deve ser imputada	
responsabilidade aos gestores? .....	148
5.4.3.1. O direito material: dever	
de diligência .....	152
5.4.3.2. O redirecionamento da execução:	
o problema do ônus da prova .....	153

6. Indicação de bens e qualidade da penhora .....	159
6.1. A indicação de bens penhoráveis .....	159
6.1.1. Breve exposição do sistema brasileiro .....	159
6.1.2. Breve exposição do sistema português.....	163
6.1.3. Indicação de bens e efetividade da execução ..	164
6.2. Bens penhoráveis .....	169
6.2.1. Penhora de dinheiro em conta corrente (depósitos bancários) e efetividade. A questão do sigilo bancário .....	176
6.2.2. Da penhora de percentual do faturamento da empresa .....	180
6.2.3. A penhora de vencimentos .....	183
7. Conclusões .....	191
8. Referências bibliográficas .....	207
8.1. Endereços eletrônicos consultados .....	215